

Centro de Estudos e Distribuição de Títulos e Documentos
Rua XV de Novembro, 251 - 01013-001 - São Paulo - SP



(11) 3248-1000

www.cdtsp.com.br

04.742.191/0001-18

Quando Pronto Devolver Valdir(RM)

SENHA: 1

RTD: 3º

Talão : 15.610.775

TD - CT

Entrega prevista para : 28/07/2015(Após às 12H)

Apres: PORTO DO DELTA ENERGIA S.A.

CNPJ: 09.438.017/0001-08

AVENIDA SAO GABRIEL 477 2º ANDAR JD. PAULISTA

SAO PAULO SP 01435-001

3043.4975 LUCAS CHIOLI

inunes@vbso.com.br

Parte: OMEGA ENERGIA RENOVAVEL S.A.

09.149.503/0001-06

Obs:

Solicitação efetuada em 27/07/2015.

Natureza do documento: CONTRATO.

Documento apresentado para: REGISTRO.

Documento: Com valor declarado.

Valor do Documento: R\$ 25.000.000,00

Páginas: 0 Emolumentos: R\$ 4.276,20

Vias: 1 Estado: R\$ 1.215,35

Anexos: 0 Ipeap: R\$ 626,57

Registro Civil: R\$ 225,06

Tribunal Justiça: R\$ 293,48

MP: R\$ 205,26

ISS: R\$ 85,52

R\$ 0,00

Despesas: R\$ 0,00

R\$ 0,00

Total: R\$ 6.927,44

Soma: R\$ 0,00

A pagar: R\$ 6.927,44

DEVOLVIDO



CRISTIANE

1ª via

Acompanhe em: WWW.CDTSP.COM.BR

Para RETIRADA DO DOCUMENTO é obrigatória a apresentação da 1ª via original do talão.

O presente recibo corresponderá a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, a ser emitida após o registro pelo cartório prestador do serviço e sua autenticidade poderá ser verificada junto ao site da Prefeitura do município de São Paulo em www.prefeitura.sp.gov.br

Após 60 dias da data de previsão de entrega o documento retornará ao cartório de origem.

Horário : 11:35:13 hs.

CDT150728163901601-15.610.775R\$6.927,44E

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA PORTO DO DELTA ENERGIA S.A.

ENTRE

PORTO DO DELTA ENERGIA S.A.

(EMISSORA),

OMEGA GERAÇÃO S.A.

(FIADORA),

OMEGA ENERGIA E IMPLANTAÇÃO 1 S.A.

(FIADORA),

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

(AGENTE FIDUCIÁRIO)

P



ÍNDICE

GLOSSÁRIO.....	5
CLÁUSULA I TERMOS DEFINIDOS	11
CLÁUSULA II AUTORIZAÇÃO	11
CLÁUSULA III REQUISITOS	12
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	13
CLÁUSULA V CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	16
CLÁUSULA VI AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA	26
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO	30
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS...	35
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO	41
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	51
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS	52
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS	56



ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA PORTO DO DELTA ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

PORTO DO DELTA ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida São Gabriel, nº 477, 2º andar, Jardim Paulista, CEP 01435-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.438.017/0001-08, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

OMEGA GERAÇÃO S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, na categoria “A”, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 472, 4º andar, CEP 30190-130, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.149.503/0001-06, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

OMEGA ENERGIA E IMPLANTAÇÃO 1 S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida São Gabriel, nº 477, 2º andar, parte, CEP 01.435-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.191.543/0001-00, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social,

cada uma das partes também denominada individualmente “Parte” e, conjuntamente, “Partes”;

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar a presente “Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de





Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Porto do Delta Energia S.A.”,
mediante as seguintes cláusulas e condições:



GLOSSÁRIO

AGD	Assembleia Geral de Debenturistas.
AGE	Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 21 de julho de 2015, que aprovou a (i) a realização da presente Emissão; (ii) as características da Emissão e das Debêntures; (iii) a contratação dos prestadores de serviços no âmbito da Emissão, incluindo, sem limitação, o escriturador mandatário, o banco liquidante, o agente fiduciário, a instituição financeira intermediária, os assessores legais e a CETIP, esta última, inclusive, na qualidade de depositário central; e (iv) a prática pela Diretoria da Emissora de todo e qualquer ato necessário à efetivação da Emissão.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, já qualificado.
Amortização Extraordinária Facultativa	Amortização extraordinária de parte do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, que poderá ser efetuada pela Emissora, a seu critério, nos termos e condições previstos no item 6.3 desta Escritura.
ANBIMA	ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Banco Liquidante	Itaú Unibanco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

Coordenador Líder	Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.195.667/0001-06.
Contrato de Colocação	“Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, sob Regime Misto de Colocação, da 1ª Emissão da Porto do Delta Energia S.A.”, celebrado entre Emissora e o Coordenador Líder.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Código de Processo Civil	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.
CPF/MF	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	27 de julho de 2015.
Data de Vencimento	27 de abril de 2016.
Debêntures	As 250 (duzentas e cinquenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, da 1ª (primeira) emissão da Emissora.
Debêntures em Circulação	Para efeito da constituição de todos os quóruns de



instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora ou pelas Fiadoras; (b) acionistas controladores e/ou coligadas da Emissora ou das Fiadoras; e (c) administradores da Emissora ou das Fiadoras, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau.

Debenturistas	Os titulares das Debêntures.
Dia Útil	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.
DOEMG	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Emissão	A 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, formalizada por meio desta Escritura.
Emissora	Porto do Delta Energia S.A., já qualificada.
Encargos Moratórios	Encargos moratórios previstos no item 5.9.3.1 desta Escritura.
Escritura	A presente Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Porto do Delta Energia S.A.
Escriturador Mandatário	Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, na



Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no
CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64.

Eventos de Vencimento
Antecipado

Eventos previstos na Cláusula VII da Escritura.

Fiadoras

Em conjunto, a Omega Geração e a Omega Energia.

Garantia Fidejussória

A fiança prestada pelas Fiadoras, conforme detalhada no
item 5.11 desta Escritura.

IGP-M/FGV

Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e
divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Instrução CVM nº 28/83

Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983,
conforme alterada.

Instrução CVM nº 358/02

Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme
alterada.

Instrução CVM nº 409/04

Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004,
conforme alterada.

Instrução CVM nº 476/09

Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009,
conforme alterada.

Instrução CVM nº 541/13

Instrução CVM nº 541, de 20 de dezembro de 2013,
conforme alterada.

Instrução CVM nº 543/13

Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013,
conforme alterada.

Investidores Qualificados

São os investidores qualificados definidos no artigo 109
da Instrução CVM nº 409/04 (ou em normativo que a
substituir), observado, para efeito do disposto na
Instrução CVM nº 476/09, que (i) todos os fundos de



investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
JUCEMG	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei nº 6.015/73	Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.
Lei nº 6.385/76	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei nº 6.404/76	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
MDA	MDA - Módulo de Distribuição de Ativos.
Oferta	A oferta pública das Debêntures com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.
Omega Energia	Omega Energia e Implantação I S.A., já qualificada.



Omega Geração	Omega Geração S.A., já qualificada.
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.
Prêmio	O prêmio aplicável em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária Facultativa, calculado conforme disposto no item 6.4 desta Escritura.
Projeto	O projeto descrito no item 4.8.1 abaixo, ao qual serão destinados os recursos captados por meio da Oferta.
Remuneração	A remuneração das Debêntures prevista no item 5.6.1 desta Escritura.
Resgate Antecipado Facultativo	Resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures, que poderá ser efetuado pela Emissora, a seu critério, nos termos e condições previstos no item 6.2.
Taxa DI	Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, <i>over</i> extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
Valores Garantidos	Valor total das obrigações da Emissora sob as Debêntures no âmbito desta Escritura, que inclui: (i) o Valor Nominal



Unitário das Debêntures subscritas e integralizadas, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) as demais obrigações, principais ou acessórias previstas nesta Escritura, como pagamento de juros, encargos moratórios, pena convencional, multas, honorários advocatícios e outras despesas, bem como o ressarcimento de todas e quaisquer importâncias desembolsadas pelo Agente Fiduciário por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e da execução de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos e encargos moratórios.

Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário de cada Debênture, que equivale a R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão.

CLÁUSULA I TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Glossário constante desta Escritura.

CLÁUSULA II AUTORIZAÇÃO

2.1. A presente Escritura é firmada pela Emissora com base na autorização deliberada pela AGE.

2.2 A Emissão e a Garantia Fidejussória prestada pelas Fiadoras foram autorizadas (i) na Reunião de Conselho de Administração da Omega Geração realizada em 21 de julho de 2015, cuja ata será devidamente registrada na JUCEMG; e (ii) na Reunião de Conselho de Administração da Omega Energia realizada em 21 de julho de 2015, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP.



CLÁUSULA III REQUISITOS

3.1 A presente Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 *Registro na CVM e ANBIMA*

3.1.1.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/09, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385/76.

3.1.1.2 Nos termos do artigo 1º, §1º, do Código ANBIMA, a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA. Não obstante, a Oferta será registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, conforme disposto no artigo 1º, §2º do Código ANBIMA, não sendo aplicáveis à Oferta as disposições constantes no Código ANBIMA, exceto aquelas previstas em seu Capítulo V, desde que expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento da Oferta.

3.1.2 *Arquivamento e Publicação dos Documentos Societários*

3.1.2.1 A ata da AGE será devidamente arquivada na JUCESP, bem como será publicada no (i) DOESP e (ii) no “Diário do Comércio”, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

3.1.3 *Inscrição e Registro desta Escritura*

3.1.3.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º do mesmo artigo da Lei nº 6.404/76, devendo ser levados a registro, pela Emissora, em até 7 (sete) Dias Úteis contados de sua(s) assinatura(s) pela Emissora, pelas Fiadoras e pelo Agente Fiduciário. Tempestivamente após referido registro, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCESP.

3.1.3.2 Adicionalmente, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.385/76, em razão da Garantia Fidejussória, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados no



Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes das Partes desta Escritura, em até 7 (sete) Dias Úteis contados de sua(s) assinatura(s) pela Emissora, pelas Fiadoras e pelo Agente Fiduciário. Tempestivamente após referido registro, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados em tais Cartórios.

3.1.4 *Registro para Distribuição primária e Custódia Eletrônica e para Negociação em Mercados Regulamentados*

3.1.4.1 As Debêntures serão registradas para distribuição pública por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente e a Custódia Eletrônica realizada na CETIP.

3.1.4.2 As Debêntures poderão ser registradas para negociação no mercado secundário, observado o disposto no item 3.1.4.3 abaixo, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo, nesse caso, as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.1.4.3 Não obstante o descrito no item 3.1.4.2 acima, as Debêntures (i) somente poderão ser registradas no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários caso a Emissora cumpra as obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09 e (ii) somente poderão ser negociadas no referido mercado de balcão organizado (a) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09; e (b) nos termos do artigo 15 da Instrução CVM nº 476/09, (1) entre Investidores Qualificados; ou (2) entre quaisquer investidores, na hipótese de a Emissora obter o registro de emissor perante a CVM, de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385/76. O registro para negociação secundária das Debêntures em mercados organizados fica condicionado a apresentação à CETIP, pela Emissora, de pedido formal.

CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 **Objeto Social da Emissora**



4.1.1 A Emissora tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração da Central Geradora Eólica Porto do Delta, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí.

4.2 Número da Emissão

4.2.1 A presente Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

4.3 Valor Total da Emissão

4.3.1 O valor total da Emissão será de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), na Data de Emissão.

4.4 Número de Séries

4.4.1 A Emissão será realizada em série única.

4.5 Quantidade de Debêntures

4.5.1 Serão emitidas 250 (duzentas e cinquenta) Debêntures.

4.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

4.6.1 O Banco Liquidante atuará na Emissão na qualidade de instituição financeira responsável pela liquidação de pagamentos envolvendo as Debêntures.

4.6.2 O Escriturador Mandatário atuará na Emissão na qualidade de responsável pela prestação de serviços de escrituração das Debêntures, nos termos previstos na Instrução CVM nº 543/13, adicionalmente às funções definidas em normas da CETIP.

4.7 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.7.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime misto de colocação – sendo 179 (cento e setenta e nove) Debêntures distribuídas sob regime de garantia firme de colocação e 71 (setenta e uma) Debêntures



distribuídas sob regime de melhores esforços de distribuição - e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, observado o estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do Contrato de Colocação.

4.7.2 Conforme previsto no artigo 5º-A da Instrução CVM nº 476/09, no caso de distribuição parcial das Debêntures, aplicar-se-ão as regras previstas na norma que dispuser sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário.

4.7.2.1 Nos termos do artigo 31 da Instrução CVM nº 476/09, o Investidor Qualificado poderá, no ato de aceitação da Oferta, condicionar sua adesão a que haja distribuição: (i) da totalidade das Debêntures ofertados; ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta.

4.7.2.2 As Debêntures não subscritas e integralizadas até a data de encerramento da Oferta serão automaticamente canceladas. Nesse caso, esta Escritura será aditada pelas Partes para informar a quantidade final de Debêntures subscritas.

4.7.3 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM e poderá vir a ser registrada na ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

4.8 Destinação dos Recursos

4.8.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados integralmente para construção e implementação de Central Geradora Eólica localizada na Praia de Pedra do Sal, no município de Parnaíba, no Estado do Piauí, denominada "CGE Porto do Delta", com potência instalada total de 30,8 MW (trinta vírgula oito megawatts) e capacidade para comercializar energia a partir de julho de 2016.



CLÁUSULA V CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1 Características Básicas das Debêntures

5.1.1 *Valor Nominal Unitário*

5.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão.

5.1.2 *Data de Emissão*

5.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 27 de julho de 2015.

5.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

5.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 9 (nove) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 27 de abril de 2016, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado e a possibilidade de Resgate Antecipado Facultativo.

5.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

5.1.5 *Depósito Centralizado*

5.1.5.1 As Debêntures serão objeto de depósito centralizado a ser realizado pela CETIP, nos termos da Instrução CVM nº 541/13.

5.1.6 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.6.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas

eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

5.1.7 *Conversibilidade*

5.1.7.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.8 *Espécie*

5.1.8.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76, e contarão com garantia fidejussória.

5.2 **Subscrição**

5.2.1 *Prazo de Subscrição*

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas em uma ou mais datas, a qualquer tempo, a partir do início da distribuição, observado os prazos de distribuição estabelecidos na Instrução CVM nº 476/09 e os termos e condições do Contrato de Colocação firmado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização, observado o disposto no inciso II do artigo 4º da Instrução CVM nº 476/09.

5.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação da CETIP aplicáveis.

5.4 **Direito de Preferência**



5.4.1 Não haverá direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.5 Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

5.5.1 As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente.

5.6 Remuneração

5.6.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a Remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada Taxa DI, acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 2,35% (dois inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário apurado em conformidade com esta Escritura, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento.

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J = valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
- VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, desde a data de início do respectivo



Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

- k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até n_{DI} ;
 n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, sendo n_{DI} um número inteiro; e
 TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- K = 1, 2, ..., n ;
 DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais; e
 FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

- Spread = 2,3500; e
 DP = número de Dias Úteis entre o Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo DP um número inteiro;



5.6.1.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- (i) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

5.6.1.2 Observado o quanto estabelecido no item abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora e/ou das Fiadoras quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

5.6.1.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis acima, AGD para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, as fórmulas do item acima e na apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI divulgada



oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e/ou as Fiadoras e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.6.1.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação e vigência, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação e vigência da referida Taxa DI, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e/ou as Fiadoras e os Debenturistas.

5.6.1.5 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na AGD realizada, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora resgatará a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário acrescido de Remuneração devida até a data do efetivo resgate, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior.

5.6.1.5.1 Caso haja acordo entre a Emissora e os titulares das Debêntures sobre a taxa substitutiva, nos termos do item 5.6.1.5 acima, esta Escritura deverá ser aditada no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que se definiu a taxa substitutiva.

5.6.1.6 As Fiadoras desde já concordam com o disposto nos itens 5.6.1.5 e 5.6.1.5.1 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme disposto no artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Garantia Fidejussória prestada nos termos desta Escritura válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. As Fiadoras desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

5.6.2 A Remuneração será integralmente paga na Data de Vencimento, salvo as exceções previstas nesta Escritura.

5.7 Amortização

5.7.1 O Valor Nominal Unitário será integralmente amortizado na Data de Vencimento, salvo as exceções previstas nesta Escritura.



5.8 Repactuação Programada

5.8.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.9 Condições de Pagamento

5.9.1 *Local de Pagamento e Imunidade Tributária*

5.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pelo Banco Liquidante.

5.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Escriturador Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

5.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

5.9.3 *Encargos Moratórios*

5.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora e/ou por quaisquer das Fiadoras de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, ressalvado o disposto no item 5.9.2.1 acima, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

5.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.10 **Publicidade**

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados (i) no DOESP, na forma de “Aviso aos Debenturistas” e no “Diário do Comércio”, ou (ii) na página da Emissora na rede internacional de computadores – internet (www.omegaenergia.com.br) observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

5.11 **Garantia Fidejussória**

5.11.1 Em garantia do fiel, pontual e integral adimplemento dos Valores Garantidos, as Fiadoras prestam fiança solidária em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, conforme os termos e condições abaixo delineados.

5.11.2 As Fiadoras declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadores, bem como a seus sucessores a qualquer título, solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora, pelo pagamento dos Valores Garantidos devido nos termos da presente Escritura até o integral pagamento dos Valores Garantidos e o integral cumprimento das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura.

5.11.3 Uma vez que se tornem devidos nos termos previstos na presente Escritura, os Valores Garantidos serão pagos pelas Fiadoras, de forma solidária, podendo o Agente Fiduciário exigir os Valores Garantidos diretamente da Omega Geração e/ou da Omega Energia, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Omega Geração e/ou à Omega Energia, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures, resguardado o direito de regresso das Fiadoras e observado o disposto abaixo. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário no prazo de 1 (um) Dia Útil após (i) a ciência da ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura; ou (ii) a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e, conforme o caso, fora do âmbito da CETIP.

5.11.4 Cada uma das Fiadoras expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o fito de se escusar do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

5.11.5 As obrigações das Fiadoras aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-las de suas obrigações ou afetá-las, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas

contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

5.11.6 As Fiadoras, conforme o caso, sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto do presente item, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, observado o disposto no item 5.11.6 abaixo.

5.11.7 As Fiadoras, desde já, concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura. Ainda, as Fiadoras concordam e obrigam-se a, caso recebam qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiverem honrado perante os Debenturistas em decorrência das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da em que for devido o pagamento aos Debenturistas, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

5.11.8 Fica adicionalmente facultado às Fiadoras, por sua iniciativa, efetuarem pagamento de qualquer obrigação pecuniária inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura.

5.11.9 A presente fiança é prestada pelas Fiadoras em caráter irrevogável e irretratável, entra em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral dos Valores Garantidos.

5.11.10 As Fiadoras, desde já, reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral dos Valores Garantidos.

5.11.11 A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, em nenhuma hipótese, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a presente fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação dos Valores Garantidos.



5.11.12 A presente fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em todos os seus termos, mesmo em caso de aditamentos, alterações e/ou modificações das condições firmadas nas Debêntures, na Escritura de Emissão e no Contrato de Colocação e/ou nos demais documentos da Emissão, desde a Data de Emissão até a integral e efetiva liquidação dos Valores Garantidos.

5.11.13 Todos e quaisquer pagamentos realizados pelas Fiadoras em decorrência da fiança serão realizados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, desde que devidos na fonte, devendo as Fiadoras pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais valores não fossem devidos. Tal previsão inclui quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já mencionados existentes.

CLÁUSULA VI

AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA

6.1 Aquisição Facultativa

6.1.1 É facultado à Emissora, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observados os termos do artigo 13 da Instrução CVM 476/09, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures em Circulação objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures em Circulação adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

6.2 Resgate Antecipado Facultativo

6.2.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, inclusive, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar o Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Debêntures.



6.2.1.1 O Resgate Antecipado Facultativo será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, além do Prêmio, calculado conforme o item 6.4 abaixo.

6.2.1.2 O Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures observará, ainda, o quanto segue:

- (i) a Emissora comunicará os Debenturistas acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures por meio de correspondência com cópia para o Agente Fiduciário, ou da publicação de um edital na forma do item 5.10.1, que conterá as condições do Resgate Antecipado Facultativo, com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da data definida para a realização do Resgate Antecipado Facultativo, o qual conterá informações sobre: (a) o Prêmio devido; (b) a data efetiva para a realização do Resgate Antecipado Facultativo; (c) o do Resgate Antecipado Facultativo; e (d) demais informações eventualmente necessárias;
- (ii) a CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência, encaminhada pela Emissora, informando a realização do Resgate Antecipado Facultativo com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência;
- (iii) a data de Resgate Antecipado Facultativo deverá, obrigatoriamente, ser Dia Útil.
- (iv) na data de realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, a Emissora irá proceder à liquidação do Resgate Antecipado Facultativo, sendo certo que todas as Debêntures que forem objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão liquidadas em uma única data;
- (v) no caso das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP, a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo se dará mediante depósito a ser realizado pelo Banco Liquidante nas contas-correntes indicadas pelos Debenturistas; no caso das Debêntures que estejam custodiadas na CETIP, os eventos, conforme o caso, seguirão os procedimentos da CETIP; e
- (vi) não será permitido o resgate antecipado parcial das Debêntures.



6.2.2 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser por ela canceladas.

6.3 Amortização Extraordinária Facultativa

6.3.1 A Emissora poderá realizar a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, mediante envio de correspondência aos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário, ou da publicação de um edital na forma do item 5.10.1, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis.

6.3.2 Na comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa prevista acima deverá constar: (i) a data da Amortização Extraordinária Facultativa; (ii) menção ao percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Emissora, mas, em todo caso, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures à época da amortização; (iii) o valor da Amortização Extraordinária Facultativa; (iv) o Prêmio; e (v) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa.

6.3.3 O pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares de Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

6.3.4 A Amortização Extraordinária Facultativa será aplicada a todos os Debenturistas, proporcionalmente, bem como será realizada mediante pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, além do Prêmio.

6.3.5 A CETIP deverá ser comunicada da realização da Amortização Extraordinária Facultativa com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data estipulada para sua realização, pela Emissora com anuência do Agente Fiduciário.



6.4 Prêmio

6.4.1 O Prêmio aplicável em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária Facultativa, conforme itens 6.2 e 6.3 acima, será calculado da seguinte forma:

- (i) observado o disposto no item 6.4.1.1 abaixo, em caso de Resgate Antecipado Facultativo ou a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, será devido pela Emissora Prêmio equivalente a 0,2000% (vinte centésimos por cento) ao ano pelo prazo a decorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária Facultativa e a Data de Vencimento, incidente sobre os valores descritos no item 6.4.2 abaixo, calculado conforme a fórmula abaixo:

$$\text{Prêmio} = \frac{P \times DU}{252} \times VN_a$$

Onde:

P: Percentual do prêmio de resgate antecipado ou amortização extraordinária, equivalente a 0,2000%

DU: Número de dias úteis entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária Facultativa e a Data de Vencimento

VNa: Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário devidamente acrescido pela Remuneração até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária Facultativa.

6.4.1.1 Caso o Resgate Antecipado Facultativo ou a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra a partir de 1º de dezembro de 2015 (inclusive) e a Emissora utilize, para referido resgate ou amortização extraordinária, recursos oriundos de captação junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou recursos próprios originados de aumento de capital, não haverá pagamento de Prêmio.

6.4.1.2 A Emissora deverá, na mesma data de envio da comunicação ou publicação de edital prevista no item 6.2.1.2 (i) ou 6.3.1, conforme o caso, enviar ao Agente Fiduciário, notificação apartada informando o Prêmio devido pelo Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária Facultativa. Se for utilizado o procedimento previsto no item 6.4.1.1 acima, a Emissora deverá ainda informar, na referida comunicação, a origem dos



recursos utilizados, o que acarretará no Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária Facultativa, sem a necessidade de pagamento de Prêmio.

6.4.2 Os valores relativos ao Prêmio deverão ser pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária Facultativa e incidirão sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário a ser resgatado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e dos Encargos Moratórios, se houver, nos termos desta Escritura.

6.4.3 O pagamento do Prêmio indicado neste item, nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária Facultativa poderá ser diminuído ou dispensado por Debenturistas reunidos em AGD, desde que atingido o quórum de, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos titulares das Debêntures.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1 Vencimento Antecipado Automático

7.1.1 O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, notificando o fato a todos os Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados a partir de sua ciência ou, quando for o caso, do término dos prazos de cura específicos determinados nos itens abaixo, e exigirá da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, conforme o caso, o imediato pagamento em até 3 (três) Dias Úteis do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (i) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas e/ou pelas Fiadoras;
- (ii) extinção, liquidação, dissolução, decretação de falência, pedido de autofalência ou qualquer procedimento legal análogo que caracterize estado de insolvência da



Emissora e/ou suas controladas diretas e/ou indiretas ou das Fiadoras;

- (iii) não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures na respectiva data de vencimento, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data do respectivo descumprimento;
- (iv) cisão, incorporação (inclusive incorporação de ações), fusão, venda, ou qualquer outra forma de reorganização societária que resulte na alteração do controle acionário indireto da Emissora, sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD específica para o assunto;
- (v) alienação e/ou oneração pela Omega Geração de quaisquer ativos, bens ou investimentos cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Omega Geração ou o equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação reunidos em AGD.
- (vi) protestos legítimos de títulos contra a Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas e/ou contra as Fiadoras cujo valor unitário ou agregado seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do envio de comunicação do Agente Fiduciário nesse sentido, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro, dolo ou má-fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado, susinado ou por qualquer forma, suspenso; ou (c) foram prestadas garantias em juízo;
- (vii) não pagamento, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de vencimento original, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas e/ou das Fiadoras, no mercado local ou internacional, em valor unitário seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no referido prazo, (a) a Emissora e/ou as Fiadoras tomarem as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento; ou (b) se o pagamento for cancelado, susinado ou por qualquer forma, suspenso;
- (viii) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas e/ou das Fiadoras, no mercado local ou internacional, de valor unitário ou valor agregado que seja igual ou superior R\$5.000.000,00 (cinco



milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual;

- (ix) término, por qualquer motivo, de contrato de concessão dos quais a Emissora e/ou suas controladas diretas e indiretas e/ou as Fiadoras seja parte, e que represente valor superior ao equivalente a 10% (dez por cento) da receita operacional líquida parte a que se refere, constante de suas últimas demonstrações financeiras à época
- (x) redução do capital social da Emissora, exceto (a) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; ou (b) se previamente autorizado pela maioria dos titulares das Debêntures em Circulação reunidos em AGD, na forma prevista no artigo 174, § 3º da Lei no. 6.404/76;
- (xi) transformação do tipo societário da Emissora e/ou das Fiadoras, nos termos dos artigos 220 e 221, sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei nº 6.404/76; ou
- (xii) não pagamento, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de vencimento original, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou das Fiadoras ou declaração de vencimento antecipado no âmbito das seguintes emissões de debêntures : (a) 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Testa Branca I Energia S.A.; ou (b) 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Testa Branca III Energia S.A.

7.1.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura.

7.2 Vencimento Antecipado Não Automático

